RECIBO DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO* (MODELO)

Dados do empregador	Designação: _____ ¹	Telefone: _____ ²
	Endereço: _____ ³	
Dados do trabalhador não residente	Nome: _____	Cargo: _____
	Tipo de documento de identificação ⁴ : _____	Número do documento: _____
	Data de emissão: _____	Entidade emissora: _____
	Outros números atribuídos ao trabalhador não residente por força da lei ⁵ : _____	
Período correspondente à remuneração⁶	____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____ (dia / mês/ ano)	

	Designação ⁸	Montante ⁹
Remuneração⁷	(1)	
	(2)	
	(3)	

Ííquido:

	Designação ¹¹	Montante
Descontos¹⁰	(1)	
	(2)	
	(3)	

Descontos totais:

Ííquido	Descontos totais	Ííquido

* Consulte as "Observações" do verso deste recibo para o seu preenchimento.

OBSERVAÇÕES

1. Nome ou designação do empregador.
2. Número de telefone do empregador.
3. Endereço do empregador, do estabelecimento ou o constante na Declaração de Início de Actividade.
4. Passaporte ou outro documento de viagem ou Título de Identificação de Trabalhador não residente (TI/TNR).
5. O empregador pode optar pelo preenchimento simultâneo de outros números atribuídos ao trabalhador não residente por força da lei, caso haja (por exemplo número da carta de condução).
6. Datas concretas correspondentes à remuneração calculada pelo empregador.
7. A retribuição do trabalho compreende a remuneração de base e a remuneração variável, pelo que o seu preenchimento é obrigatório, independentemente da modalidade da retribuição (vide artigo 20º da Lei nº 21/2009 – “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, conjugado com o nº 1 do artigo 58º e alínea 5) do nº 6 do artigo 63º Lei nº 7/2008 – “Lei das Relações de Trabalho”).
8. Designação da remuneração paga pelo empregador ao trabalhador não residente (por exemplo, o salário de base, a remuneração do trabalho extraordinário (preenchimento obrigatório do número de horas de trabalho extraordinário prestado) e o 13º mês de salário no final do ano).
9. Montante da remuneração, sendo de salientar, porém, que a remuneração deve ser paga em patacas (vide artigo 20º da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, conjugado com o nº 4 do artigo 63º da “Lei das Relações de Trabalho”).
10. A lei permite que o empregador proceda aos seguintes descontos na remuneração do trabalhador não residente (vide artigo 20º da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, conjugado com o nº 1 do artigo 64º da “Lei das Relações de Trabalho”, e artigos 17º e 41º da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”):
 - 1) Descontos determinados por lei ou por decisão judicial transitada em julgado (por exemplo, desconto mensal para o imposto profissional);
 - 2) Indemnizações devidas pelo trabalhador não residente ao empregador, quando se acharem liquidadas por decisão judicial transitada em julgado;
 - 3) Indemnizações devidas pelo trabalhador não residente ao empregador, por motivo de resolução do contrato, nos termos do nº 5 do artigo 72º da Lei nº 7/2008 – “Lei das Relações de Trabalho”;
 - 4) Perda de remuneração por faltas ao trabalho;
 - 5) Prejuízos causados por culpa do trabalhador não residente em bens, equipamentos e utensílios do empregador;
 - 6) Adiantamentos feitos por conta da remuneração.Os descontos referidos nas alíneas 5) e 6) não podem exceder, individual ou cumulativamente, 1/6 da remuneração de base do trabalhador não residente.
11. Designação dos descontos, previstos por lei, na remuneração do trabalhador não residente.